

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quíelise Crisóstomo da Silva

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nadi — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk

Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa

Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nadi — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin

Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quíelise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quíelise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 15 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da Sessão Especial Destinada à Eleição para os Cargos de Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná, para o Período de 1975 e 1979

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 15.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicílio Scaramella — Emílio Carazza — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nuclli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Lesso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Fagundes — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Foll — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villarbeva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Hélio Manfrinato, Alvaro Dias e Iris Caldart (3).

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão Especial.

A Assembleia Legislativa do Paraná, nesta oportunidade, em obediência ao estabelecido no Artigo Único e seu Parágrafo Primeiro, da Emenda n.º 2 à Constituição Federal, constituiu-se em colégio eleitoral com a finalidade de eleger Governador e Vice-Governador do Estado, para o próximo quadriênio.

Atendidas as disposições da Lei Federal n.º 6.055, de 18 de junho de 1974 combinadas com as instruções contidas na Resolução n.º 9.611, de 20 de junho de 1974, do Tribunal Superior Eleitoral, foram registradas, perante a Mesa da Assembleia as candidaturas dos Srs. Jayme Canet Júnior e Otávio Cesário Pereira Júnior, à Governança e Vice-Governança do Estado, respectivamente, pela Aliança Renovadora Nacional — ARENA.

A Mesa vai dar conhecimento ao Plenário das normas que, além das regimentais aplicáveis, deverão ser obedecidas na presente Sessão.

A eleição se fará mediante votação nominal pela lista de Deputados, os quais serão chamados pelo Sr. 1.º Secretário e responderão declinando o nome do candidato a Governador, se o desejarem sufragar.

A medida que o Sr. 1.º Secretário proceder a chamada, o Sr. 2.º Secretário anotará as respostas.

Finda a chamada proceder-se-á ato contínuo, e por uma só vez, a nova chamada dos Deputados cuja ausência eventualmente, tenha sido constatada.

Enquanto não for proclamado o resultado da votação, será facultado ao Deputado obter o registro de seu voto.

O Deputado poderá retificar seu voto, se nesse sentido se manifestar antes de anunciado o resultado da votação.

Não será permitida declaração de voto, sendo admitido, porém, pelo prazo de 10 minutos, encaminhamento de votação.

O candidato a Vice-Governador será proclamado eleito se eleito for o candidato a Governador com o qual foi registrado.

Concedo a palavra para encaminhamento de votação ao Sr. Deputado Muggiati Filho que irá falar em nome do MDB, por delegação do seu Líder de Bancada, Deputado Domicílio Scaramella.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente; Srs. Secretários da Mesa; Sr. Senador; Srs. Deputados Federais; Sr. Prefeito da Capital; Srs. Prefeitos Municipais; Srs. Vereadores; Srs. Secretários de Estado; meus nobres colegas; povo do Paraná.

Por honrosa delegação do ilustre Líder da nossa Bancada, Deputado Domicílio Scaramella, passo à leitura de um documento que foi aprovado, Sr. Presidente pela Convenção Regional do MDB — realizada em 28 de julho de 1974, em que se constitui na declaração de votos de todos os Deputados que compõem a Bancada do MDB nesta Casa.

“Considerando as máximas do insigne brasileiro Ruy Barbosa — de que as nossas leis nos asseguram o sistema representativo. Mas o sistema representativo, quer dizer representação do povo no governo. Mas a democracia quer dizer governo do povo pelo povo.

Se não é o povo que se governa a si mesmo então legalmente, não há governo, e, não é governo o que há, e ainda.

Considerando que a nomeação de Governadores é a experiência mais desastrosa conhecida neste País, refletindo a supressão da Federação e a transição dos Estados, em praticamente capitânias hereditárias;

Considerando que o atual processo de eleição de Governadores, nada mais é do que uma escolha indireta, numa outorgação de outorgados, em que nem se procura saber se a imposição seria a gosto do Estado membro interessado, donde resulta, que nada pode justificar o atual estado de coisas, em que governantes são eleitos sem o consentimento dos governadores;

Considerando que a Constituição Federal promulgada em 1959, em seu artigo inicial, adotou para o País o Regime Representativo, já inserido na Constituição de 1824 no governo monárquico hereditário como foi na Carta Republicana de 1891 e nas demais Constituições que se seguiram, todas unânimes em proclamar, que o Brasil possui regime representativo e que todos os Poderes são exercidos em nome do povo;

Considerando que são, em suma, leis constitucionais as que talham a estrutura do Estado, determinando as competências dos Poderes e definindo os direitos fundamentais do homem e instituindo garantias a estes direitos;

Considerando que o sistema representativo é um processo de aferição da opinião popular e do exercício do poder, e, por consequência, o sistema mais prático e mais consentâneo com a natureza da Democracia, uma vez que a eleição foi o meio mais lógico e perfeito que se encontrou para assegurar a liberdade política, cujos princípios sempre foram consagrados e defendidos pelo povo brasileiro, constituindo-se mesmo, nas suas mais caras e honrosas tradições;

Considerando que muito embora, o atual poder governante desta Nação haja subscrito como invioláveis, intangíveis e irrenunciáveis tais princípios, adotando-se expressamente na Lei Magna vigente, o sistema representativo, no que tange à espécie, ou seja, eleição dos Governadores dos Estados-membros, foi violado, violado e destruído pela Emenda Constitucional n.º 2, que formou este anti-democrático Colégio Eleitoral;

Considerando que realmente, sendo da substância do regime representativo, a escolha do Governo pelo povo o homem deixa de ser livre, se tolhido

no exercício do voto, sofrendo o atentado e ficando privado de sua liberdade política, sendo violados todos os seus demais direitos e garantias individuais;

Considerando que não é por outro motivo, senão o acima exposto, que não subsistem no Brasil os primordiais direitos de pensamento e da palavra, com a imprensa vigiada e censurada, restando ao povo as tribunas parlamentares, para livre manifestação dos seus representantes, mesmo assim abafados e res- tritos ao arbitrio dos censores dos veículos de divulgação;

Considerando que, ainda, por consequente, a justiça, a propriedade a fa- milia e os demais campos do direito, bem assim as demais liberdades huma- nas cristãs e democráticas perdem a sua base e flutuam ao sabor das con- veniências e da prepotência dos que detêm o poder;

Considerando, finalmente, que o plano de Ação Política do Movimento De- mocrático Brasileiro, fundamenta-se na implantação da normalidade democrá- tica e na consequente condenação de todos os tipos de ditadura, no repúdio da institucionalização de regimes e no combate ao continuismo, e, que o MDB quer, entendendo com essa posição, representar a opinião da maioria absoluta do povo brasileiro, que não se fuja da realidade, rotulando de eleição aquilo que não o é, ou se o é, não é livre nem democrática. RESOLVE abster-se de votar, nos termos regimentais, no presente processo de escolha do Governador e Vice-Governador do Estado, por considerá-lo anti-democrático”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para falar em nome da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Deputado João Mansur, Presidente da Assembleia; Exmo. Sr. Senador da República, Dr. João de Mattos Leão; Exmo. Sr. Dr. Jayme Lerner, digníssimo Prefeito Municipal; Exmos. Srs. Secretários de Estado; Srs. Deputados Federais; meus caros Deputados Estaduais, meus Senhores e minhas Senhoras.

“Exerce em data de hoje, o Poder Legislativo uma das mais elevadas mis- sões e cumpre um dever que a Revolução lhe conferiu. Desincumbe-se, em nome do eleitor a quem representa, da tarefa de eleger o Chefe do Poder Exe- cutivo paranaense.

“Vive o Legislativo um fato novo, mas não desvinculado de nossa tradição, nem de nossa História política e parlamentar. Não exerce um direito usur- pado, nem pratica um gesto anti-brasileiro, na escolha e hoje, na eleição dos governadores, a Nação brasileira atravessa um processo revolucionário, im- plantado não contra, mas em prol do Brasil. Toda revolução traz mudanças, implanta novos métodos; introduz nova ordem. O legislativo foi o alvo que maiores transformações enfrentou. Mudou-se o sistema partidário. Delimi- tou-se sua esfera de atuação. Cerceou-se-lhe a interferência na administração propriamente dita. Contudo, a essência de sua missão, traçada pela concepção secular do Poder representativo, não sofreu ablação. Continua a ter a nobre função de canal das aspirações do eleitor e fiscal dos atos governamentais.

A tecnologia exige planejamento global para a Nação como um todo, sem excluir a conjuntura mundial. O parlamento, muitas vezes restrito aos re- dutores menores, nem sempre dispõe dessa visão ampla que só uma estrutura aparelhada tem condições de oferecer. Entendeu a Revolução que necessário se fazia reorganizar o País, atingindo principalmente sua estrutura adminis- trativa e planejamento de suas despesas. Para atingir o fim colimado, de im-ediato era indispensável reformular o processo legislativo de elaborar leis especialmente a Lei de Meios. Subtraiu-se ao Legislativo a iniciativa de Leis onerosas, mas não se lhe negou o direito de analisar as mensagens.

Transitoriamente conferiu-se aos parlamentares a missão de eleger o Pre- sidente e os governadores. O processo não é inovação da Revolução, nem ela pretende perpetuá-lo. Não se trata de uma atribuição, desvinculada de nossa História, nem sequer representou o fim da liberdade e da democracia.

O voto indireto tem suas raízes no Império, configurado nas Assembleias Gerais e nos Conselhos Gerais das províncias. A nossa República é repleta de exemplos de tal processo. Ilustres brasileiros, consagrados pelo seu devota- mento à causa pública e serviços voltados para a grandeza da Nação, foram escolhidos através da eleição indireta.

Ruy Barbosa e eminentes líderes republicanos autores do Anteprojeto da Constituição da República, defenderam a eleição indireta para o Chefe da Na- ção. A Constituinte de 1891, após acalorados e prolongados debates, acolheu a tese de Júlio de Castilhos e inseriu no texto constitucional a eleição direta. Com base nas “Disposições Constitucionais Transitorias” da mesma Carta Magna, foram eleitos pelo Congresso os presidentes Decodoro da Fonseca e Flo- riano Peixoto.

A Constituição de 1934, manteve a válvula para eleições indiretas, caso hou- vesse vacância na Presidência nos dois últimos anos de seu mandato. Com base neste dispositivo, o Parlamento brasileiro elegeu dois dias depois da pro- mulgação da Carta, Presidente do Brasil, o Sr. Getúlio Dornelles Vargas.

Em 1946, ocorria o fim do Estado Novo e era convocada a Constituinte. Revogava-se a Constituição outorgada em 1937, que chegou a conceder ao Pre- sidente o direito de indicar o seu sucessor. A nova Carta optou pelo processo de eleições diretas, deixando aberta a possibilidade de eleger indiretamente o Presidente, caso o cargo vagasse na segunda metade do período presidencial. Com base no § 2 do Art. 79, Nereu Ramos foi eleito pelo Congresso, Vice-Pre- sidente da República. Estamos sob a vigência da Constituição de 1967. A nova ordem implantada pela Revolução conferiu-nos a missão de eleger o Gover- nador, no âmbito dos Estados e na esfera federal o Presidente.

O processo não é uma inovação em nossa vida parlamentar. Não se trata de um gesto anti-brasileiro. Os grandes momentos de nossa vida política e social, foram marcados por semelhante método. Por esta razão, a ARENA aceita temporariamente, uma vez que não se trata de uma implantação perpé- tua do sistema. Aceita ciência de que não significa um rompimento de nossa tradição. Certa de não estar escrevendo uma página negra em nossa História, mas uma lauda que o momento exige e a grandeza do País postula para sair do seu “berço esplêndido” e enveredar os caminhos do desenvolvimento em prol de todos os brasileiros.

A História das eleições em nossa Pátria apresenta uma estatística curiosa. Vamos permanecer na esfera federal para constatar que somente o Presidente Eurico Gaspar Dutra obteve uma maioria absoluta, ou seja 52% dos votos de eleitores brasileiros, ao passo que os demais permaneceram em faixas inferiores. Getúlio Vargas com 46%, Juscelino com 33,8% e Jânio Quadros com 44,7%. Os dados não constituem argumentos contra a eleição direta, mas evidenciam um fato de que nem no processo direto, os mandantes detêm a maioria abso- luta de vontades.

Além desses fatos, mencione-se aquele de que os presidentes eleitos dire- tamente, nem sempre detinham o Poder Político. Governavam, mas não tinham o respaldo dos representantes, como aconteceu com Getúlio Vargas que con- seguiu o equilíbrio de seu governo, mediante composições com partidos po- liticos.

Os fatos acima colocam a ARENA numa situação tranquila diante da mis-

são que ora exercita. O passado parlamentar não a condena. A História dos povos civilizados não repudia pois a sua História está igualmente eivada de exemplos. A Democracia não rejeita o processo, pois os representantes do povo são convocados para homologar, rejeitar ou até abster-se do processo, como acaba de acontecer nesta Casa.

"Comparemos, ligeiramente os dois processos. Nas eleições diretas, com exceção de alguns Estados Americanos, onde se realizam prévias para a indicação dos candidatos, em todos os países os postulantes são escolhidos pelas lideranças político-partidárias. Consequentemente, mesmo nas eleições diretas, não existe escolha. O eleitor apenas aceita ou rejeita o nome já escolhido. Não se constata portanto uma grande diferenciação entre os processos que a oposição apregoa e este que a nova ordem revolucionária instituiu.

A ARENA exerce um gesto e pratica um Ato de alto valor cívico e deposita o seu voto em nome daqueles brasileiros que por vontade livre elegeram os representantes da agremiação para esta Assembléia Legislativa. Exerçta-o em nome do Paraná, com os olhos voltados para o Futuro desta Unidade Federativa.

Homologa a Assembléia Legislativa o nome de Jayme Canet Júnior e Octávio Cesário Pereira, para gerirem os destinos do Paraná, nos próximos quatro anos. Sente-se a bancada da ARENA inteiramente à vontade no exercício desta eleição, porquanto participou desse processo desde os primeiros passos. Foi auscultada sobre os nomes; grande parte de parlamentares teve participação ativa no seio do Partido e todos, juntamente com líderes arenistas dos quatro quadrantes de nosso Estado, aprovaram a indicação partidária.

Não se constituiu em tarefa árdua para o Partido majoritário, pois os nomes que lhe foram propostos reúnem exímias condições para exercerem as funções a que foram convocados.

Jayme Canet, homem identificado com os problemas paranaenses e familiarizado com o trato da coisa pública, traz para o Executivo estadual uma bagagem admirável. Conhece o Paraná no seu setor agro-pecuário; vive os problemas dos empresários; está a par da situação do nosso homem que moureja nos campos ou constrói a grandeza nos centros urbanos. Não lhe constituem segredo os problemas de nossa economia regional e nacional e os dramas vividos pelo setor privado.

No campo da atuação pública, Jayme Canet não encontrará mistérios, pois a vivência na "Café do Paraná", oferece-lhe uma experiência no campo da atividade agrícola, especialmente o setor de sementes a mecanização e no campo da pesquisa, um dos fatores fundamentais dos dias fluentes.

A sua atuação no Banco do Estado empresta-lhe conhecimentos inestimáveis para conferir a sua gestão frente ao Executivo não só a experiência, mas igualmente a firmeza necessária para distribuir com a justiça social a receita arrecadada.

Finalmente a vice-governança, em que foi investido juntamente com Emílio Gomes com quem soube colaborar, quer com a presença, quer com a orientação, bem como com aquela virtude que caracterizou o homem indicado para sucedê-lo, que foi a prudência. Embora todos soubessem que ele será o futuro mandante, Jayme Canet conservou-se dentro das funções de Vice-Governador. Discreto, humilde e prestativo, quando a oportunidade exigia.

Louvável é a sua atitude que aguarda tranqüilo o momento e a hora que a política lhe reserva. Nos meses que escorreram desde a sua indicação ateu-se à análise da situação e da conjuntura sócio-econômica e política. Preferiu o estudo silencioso ao verbilóquio, nem sempre produtivo. Para este seu trabalho conservou as portas do Gabinete abertas ao diálogo com as classes empresariais, com as associações classistas, com os estudantes e especialmente com os políticos. Ouviu a todos, consultou os técnicos e os homens de experiência.

Estas são as razões que nos induzem a confiar naquele que hoje homologamos. Estes são os motivos que nos cumulam de esperança no futuro Governador Jayme Canet Júnior. Homologamos, conscientes de que estamos exercendo um ato em prol do Brasil e voltamos os olhos para os céus, num gesto de prece que nos ilumine e guie os passos dos homens que elegemos.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — Passaremos à Votação. Solicito do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados e do 2.º Secretário que faça as necessárias anotações.

JOÃO MANSUR — JAYME CANET JUNIOR

SANTOS LIMA — JAYME CANET JUNIOR

ODILON REINHARDT — JAYME CANET JUNIOR

JORGE SATO — JAYME CANET JUNIOR

MUGGIATI FILHO — Abstenho-me de votar, nos mesmos termos da declaração de votos

DAVID FEDERMANN — JAYME CANET JUNIOR

HÉLIO MANFRINATO — (Ausente)

AGUINALDO PEREIRA LIMA — JAYME CANET JUNIOR

ALVARO DIAS — (Ausente)

ANTONIO BELINATI — Abstenho-me de votar, Sr. Presidente

ANTONIO COSTA — JAYME CANET JUNIOR

ANTONIO LOPES — JAYME CANET JUNIOR

ARIZONE ARAUJO — JAYME CANET JUNIOR

ARTHUR DE SOUZA — JAYME CANET JUNIOR

BASILIO ZANUSSO — JAYME CANET JUNIOR

BORSARI NETO — JAYME CANET JUNIOR

DOMICIO SCARAMELLA — Me abstenho de votar

EMÍLIO CARAZZAI — JAYME CANET JUNIOR

ERONDY SILVÉRIO — JAYME CANET JUNIOR

FRABIANO BRAGA CORTES — JAYME CANET JUNIOR

FRANCISCO ESCORSIN — JAYME CANET JUNIOR

FUAD NACLI — JAYME CANET JUNIOR

GABRIEL MANOEL — JAYME CANET JUNIOR

GILBERTO CARVALHO — JAYME CANET JUNIOR

HAROLDO BIANCHI — JAYME CANET JUNIOR

IGO LOSSO — JAYME CANET JUNIOR

IRIS CALDART — (Ausente)

IVO ROCHA — JAYME CANET JUNIOR

IVO THOMAZONI — JAYME CANET JUNIOR

JOÃO FADEL — JAYME CANET JUNIOR

LAZARO DUMONT — JAYME CANET JUNIOR

LEOPOLDO JACOMEL — JAYME CANET JUNIOR

LUIZ ROBERTO SOARES — JAYME CANET JUNIOR

MARCIANO BARANIUK — JAYME CANET JUNIOR

MAURICIO FRUET — Abstenho-me de votar

NELSON BUFFARA — Abstenho-me de votar, pelo manifesto aprovado pelo Diretório Regional do MDB.

CLAVO FERREIRA — JAYME CANET JUNIOR

OVIDIO FRANZONI — JAYME CANET JUNIOR

PAULO CAMARGO — JAYME CANET JUNIOR

QUIELSE CRISÓSTOMO — JAYME CANET JUNIOR

RCSÁRIO PITELLI — JAYME CANET JUNIOR

SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Abstenho-me de votar

WILSON BRANDÃO — JAYME CANET JUNIOR

WILSON FORTES — JAYME CANET JUNIOR

XENOFONTE VILLANUEVA — JAYME CANET JUNIOR

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Compareceram 44 Deputados.

Votos no Sr. Jayme Canet Jr., 38.

Abstenções — 6.

O SR. PRESIDENTE — Em vista do resultado anunciado pelo Sr. 2.º Secretário, esta Presidência tem a honra de proclamar eleito Governador do Estado do Paraná para o quadriênio 75/79, o Sr. Jayme Canet Junior e eleito Vice Governador do Estado, acompanhando o candidato sufragado, o Sr. Octávio Cesário Pereira Junior.

A Mesa designa uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Erondy Silvério, Leopoldo Jacomel, Ovidio Franzoni, Arthur de Souza e Olavo Ferreira para dar ciência ao Sr. Jayme Canet Junior de sua eleição, pela Assembléia Legislativa do Paraná, para o cargo de Governador de nosso Estado.

A Mesa designa outra Comissão integrada pelos Srs. Deputados Emílio Carazzai, Aguinaldo Pereira Lima, Gilberto Carvalho, Wilson Fortes e Lázaro Dumont para dar ciência ao Sr. Octávio Cesário Pereira Junior de sua eleição, pela Assembléia Legislativa, para o cargo de Vice-Governador do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Levanta-se a Sessão.

RESOLUÇÃO N.º 26/74

DATA: 26 de setembro de 1974

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP —, objetivando contratação de Técnicos para exercerem atividades que especifica, junto aos Municípios Associados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP, objetivando a contratação de técnicos de nível superior para exercerem as atividades de coordenação de planejamento micro-regional e da prestação de assistência técnica aos Municípios associados.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26-09-74.

(e) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 27/74

DATA: 26 de setembro de 1974

SÚMULA: Aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, visando prorrogar por 120 (cento e vinte) dias o prazo da Cláusula 6.ª do Convênio celebrado em 13-11-72 entre as mesmas partes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo celebrado em 31 de outubro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, visando prorrogar por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13 de novembro de 1973, o prazo a que alude a Cláusula Sexta do Convênio celebrado em 13 de novembro de 1972, entre as mesmas Partes.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26-09-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente